

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DOS ASPECTOS LEGAIS AOS ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES

Silvania Maria da Silva Gil

Universidade Católica de Santos

silvaniasilva@unisantos.br

Maria de Fátima Barbosa Abdalla

Universidade Católica de Santos

mfabdalla@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho, ao apresentar uma breve análise dos aspectos legais da política brasileira de educação, na perspectiva da educação Inclusiva e dos Direitos Humanos, tem como objetivo analisar pesquisas desenvolvidas no campo da educação inclusiva e que se articulem com os estudos realizados no âmbito da Teoria das Representações Sociais (TRS) (MOSCOVICI, 2012).

Para contextualizar a temática, destaca-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), em seu art. 26, dedica-se aos cuidados com a Educação, preconizando-se que todos têm direito a ela e que dela emerge o favorecimento à compreensão, tolerância e amizade. Também, em 2006, foi promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), em que se enfatiza a efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência através da expressão do desejo de plena participação na sociedade e em igualdade de oportunidades.

Neste contexto, desde 1990, o Brasil vem acompanhando esses marcos e tem trabalhado na elaboração de legislações que garantam os direitos das pessoas com deficiência, e em especial o direito à educação inclusiva. Em 2009, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), buscando garantir melhores condições de vida às pessoas que apresentam alguma deficiência. Seguindo nessa linha de

garantia de direitos, o governo brasileiro implanta como política pública a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (BRASIL, 2008).

DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA AOS ESTUDOS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para este estudo, compreender a noção de *inclusão* é fundamental, pois a mesma enfatiza, como apontam Almeida e Abdalla (2017, p. 5), “[...] a necessidade de se alcançar uma educação par todos, centrada no respeito e valorização das diferenças”. Entende-se, também, que a inclusão precisa fazer parte da democratização do ensino, possibilitando o acesso à educação, à escola e ao conhecimento, considerando as necessidades individuais dos estudantes. Com isso, é preciso, complementam as autoras, “criar ambientes de aprendizagem que sejam versáteis, bem como incentivar a cooperação entre diversos profissionais para o desenvolvimento de práticas de ensino inclusivas e colaborativas” (p. 6). E, é neste sentido, que consideramos importante compreender o que pensam os professores a respeito da educação inclusiva através de suas representações sociais.

Parte-se, assim, do conceito de *representação social*, definido por Moscovici (2012, p. 26), como: “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (p.26). O que significa que as representações sociais conseguem “incutir um sentido ao comportamento”, integrando-o a uma rede de relações, que se traduz por opiniões, imagens, retratando, enfim, a “posição e a escala de valores de um indivíduo ou de uma coletividade” (p.49).

Quanto à abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se desenvolve em duas fases: 1ª a *pesquisa bibliográfica*, com objetivo exploratório de investigar estudos e pesquisas no âmbito da educação inclusiva e dos direitos humanos; e 2ª a *pesquisa de campo*, que terá duas etapas: observação de três professores da rede pública da Baixada Santista, conforme a técnica de observação (ALTEET, 2017), já iniciada; e *entrevistas semiestruturadas* com os respectivos professores.

Na *primeira* fase, foram encontrados 289 trabalhos, dos quais foram selecionados dez, entre os anos de 2008 a 2017, que atendem mais precisamente aos pressupostos da pesquisa, tendo como foco identificar as representações sociais que os professores têm sobre a educação inclusiva, principalmente no que se refere ao estudante com deficiência (LIMA, 2011), fundamentados, também, pela Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Tais estudos revelam os seguintes elementos representacionais: a) professores não se sentem preparados para atender aos estudantes com deficiência matriculados na rede regular

(ABDALLA, 2016); b) há necessidade de se promover momentos de discussão das experiências no coletivo (PINCOLINE, 2008; MODESTO, 2008; BARBOSA, 2014); c) reforçam a imagem do estudante com deficiência como alguém que tem “falta” ou “ausência” de alguma coisa ou de capacidade, acentuando crenças, convenções e a tradição da cultura escolar (MODESTO, 2008; BARBOSA, 2014); d) revelam posturas contraditórias, pois, ao mesmo tempo, que apoiam e incentivam a inclusão, manifestam dúvidas, negação e atitudes contrárias (MOREIRA, 2012); e) para eles, um aluno que apresenta deficiência é um “estranho” e está fora do seu universo habitual (VASCONCELOS, 2008).

Depreende-se desses estudos que existe um mundo, para uns, em que os estudantes com deficiência podem estar juntos com os demais; para outros, um mundo onde eles devam estar segregados. Ainda, segundo Moscovici (2012), esse “algo ausente” - a imagem do aluno normal *versus* anormal - atinge a todos nós e desencadeia o trabalho de pensamento do grupo. Nesta direção a análise das representações sociais gera a tensão necessária para que se possam provocar mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as representações sociais dos professores do EF II sobre a educação inclusiva, as pesquisas enfatizam que eles têm necessidade de um aporte teórico, pois a maioria sequer conhece a Política Nacional de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e suas diretrizes, principalmente no que tange ao direito de cada um aprender de acordo com sua capacidade de estarem em ambientes inclusivos nas escolas comuns. Também, indicam a importância de se promover trocas de experiências e integrar um trabalho mais coletivo, para que se superem as dificuldades encontradas. Demonstram, ainda, que é preciso buscar caminhos para amenizar a angústia, a insegurança e a sobrecarga de trabalho dos professores.

Por fim, destaca-se que a educação inclusiva é um direito do estudante com deficiência e, cabe a nós, comunidade escolar, buscar caminhos para sua concretização.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, A. P. Representações de professores sobre a inclusão escolar. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. São Paulo: UNESP, 2016.

ALMEIDA, P. C.A.; ABDALLA, M. F. B. Formación Inicial de Docentes, Políticas de Inclusión y desarrollo de las Competencias Siglo XXI en Brasil. *Informe Estrategia Regional sobre Docentes*. OREALC: UNESCO Brasil, 2017.

ALTET, M. A observação das práticas de ensino efetivas em sala de aula: pesquisa e formação. *Cadernos de Pesquisa*. v.47, n. 166, p.1196-1223, out/dez., 2017.

BARBOSA, K. A. M. Representações sociais de professores dos anos finais do ensino fundamental sobre a aprendizagem de estudantes com deficiência em escolas inclusivas. *Dissertação*. (Mestrado). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2014.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 6949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, de 26 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

MODESTO, V. M. F. Inclusão Escolar: um olhar para a diversidade: as representações sociais de professores do ensino fundamental da rede pública sobre o aluno com necessidades educacionais especiais. *Dissertação* (Mestrado). Universidade de Brasília, 2008.

LIMA, R. C. D. S. Representações Sociais de um grupo de professores sobre educação inclusiva. *Dissertação* (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 2011.

MOREIRA, G. E. Representações Sociais de professoras e professores que ensinam matemática pelo fenômeno da deficiência. *Tese* (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica: PUC/ SP, 2012.

MOSCOVICI, S. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.

PINCOLINE, R. F. O. As representações sociais dos professores sobre a avaliação dos alunos incluídos na rede pública regular de ensino em Santa Maria. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2008.

VASCONCELOS, K. M. Convivendo com a alteridade: representações sobre o aluno com deficiência no contexto da educação inclusiva. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFP, 2008.